



Embora se saiba que o debate sobre o significado do que seja “gênero” é amplo – incluindo definições que abrangem desde os papéis socialmente construídos do que se espera de homens e mulheres<sup>2</sup> até as questões de identidade de gênero<sup>3</sup> –, este estudo baseia-se em dados desagregados por sexo,<sup>4</sup> uma vez que essa é a informação disponível nas bases administradas pelo Banco Central (SCR e CCS).<sup>5</sup> As análises também focam nos indicadores disponíveis nessas bases, referentes a relacionamento bancário e crédito.

### » Contexto brasileiro

A eliminação das diferenças entre homens e mulheres em relação ao acesso e uso de serviços financeiros é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e para a promoção do crescimento econômico,<sup>6</sup> e tem sido ponto importante da agenda de inclusão financeira de diversos governos e instituições internacionais.<sup>7</sup>

<sup>1</sup> Este texto foi elaborado pelo Departamento de Promoção da Cidadania Financeira (Depef), do Banco Central.

<sup>2</sup> AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Transgender people, gender identity and gender expression. Disponível em: <<http://www.apa.org/topics/lgbt/transgender.pdf>>. Acesso em: jul. 2018.

<sup>3</sup> GENDER SPECTRUM. Understanding gender. Disponível em: <<https://www.genderspectrum.org/quick-links/understanding-gender/>>. Acesso em: jul. 2018.

<sup>4</sup> A Divisão de Estatística das Nações Unidas define a palavra “sexo” como as diferenças biológicas assinaladas no nascimento que fazem com que uma pessoa seja reconhecida como pertencente ao sexo masculino ou feminino. Essas características são, em geral, fixas, não variando ao longo do tempo ou em diferentes culturas.  
UNITED NATIONS, STATISTICS DIVISION. Gender statistics manual: integrating a gender perspective into statistics. Nova York, 2013. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/genderstatmanual/Sitemap.ashx>>. Acesso em: jul. 2018.

<sup>5</sup> Para mais detalhes sobre as bases do SCR e CCS, consulte o glossário.

<sup>6</sup> WOMEN’S WORLD BANKING. Women’s financial inclusion: a driver for global growth. Disponível em: <<http://www.womensworldbanking.org/publications/womens-financial-inclusion-driver-global-growth/>>. Acesso em: jul. 2018.

<sup>7</sup> A igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento

Nesse cenário, o aprofundamento da inclusão financeira das mulheres deve ser visto não apenas como dar acesso a serviços oferecidos pelas instituições financeiras, mas também como disponibilizar produtos que possam promover e melhorar as atividades produtivas das mulheres; reduzir sua vulnerabilidade perante eventos adversos, mitigando os riscos financeiros; e garantir seu poder aquisitivo ao longo do tempo, por meio de comportamento financeiro sustentável.

Antes, porém, de avaliar quão inseridas as mulheres estão no sistema financeiro brasileiro, é preciso contextualizar que as barreiras econômicas que elas enfrentam no país ainda são relevantes. Analisar esses obstáculos econômicos é importante porque diversos estudos apontam correlação positiva entre renda e inclusão financeira. Aslan et al., por exemplo, em *working paper* recente publicado pelo FMI,<sup>8</sup> analisam essas relações, inclusive em termos de desigualdade de gênero, tomando por base dados de diversos países. Eles concluem que diferenças de renda e de participação no mercado de trabalho têm papel relevante nas assimetrias encontradas entre homens e mulheres e ressaltam ampla gama de trabalhos que seguem conclusões similares. Adicionalmente, o Relatório de Inclusão Financeira (RIF) publicado em 2011,<sup>9</sup> em seu Capítulo 6, já apontava correlação positiva entre acesso a serviços financeiros e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Com relação à participação econômica feminina, dados recentes mostram que ainda há muito o que avançar no Brasil. De acordo com o Fórum Econômico Mundial, o país encontra-se em 90º lugar no *ranking* que mede a desigualdade de gênero em 142 países.<sup>10</sup> Especificamente quanto à dimensão de Participação Econômica e Oportunidade, o Brasil ocupa a 83ª posição, bem atrás de outros países da América do Sul, como Colômbia (32º lugar), Bolívia (60º) e Venezuela (67º). Essa dimensão avalia as diferenças entre homens e mulheres em questões como inserção no mercado de trabalho, renda e equidade salarial.

Dados referentes a 2016 sobre mercado de trabalho e rendimentos no Brasil, publicados pelo IBGE,<sup>11</sup> reforçam essa percepção. Em relação ao rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos, por sexo, as mulheres receberam, em média, entre 2012 e 2016, 75% do que os homens ganharam. Em 2016, o rendimento médio mensal das mulheres foi equivalente a R\$1.764, enquanto o dos homens chegou a R\$2.306.

Outros indicadores dessa mesma publicação também mostram aspectos que contribuem para a dependência econômica feminina. Elas enfrentam maior índice de desocupação (31% contra 24% dos homens), têm menor participação na força de trabalho (os homens somam 74% da força de trabalho, enquanto as mulheres representam 53%) e ainda são responsáveis pela maior parte dos afazeres domésticos, mesmo quando trabalham. Segundo o IBGE, considerando-se o número de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas, as mulheres gastam nas tarefas domésticas quase o dobro de horas em relação aos homens (18,1 horas semanais contra 10,5 horas dos homens).

---

Sustentável (ODS), lançados pelas Nações Unidas. O ODS nº 5, que trata desse tema, inclui entre suas metas dar às mulheres direitos iguais a acesso a serviços financeiros. Em 2011, a Alliance for Financial Inclusion (AFI) lançou o Plano de Ação de Denarau, voltado a promover políticas que acelerem a inclusão financeira das mulheres entre os países-membros da rede.

<sup>8</sup> ASLAN et al. Inequality in Financial Inclusion and Income Inequality. Fundo Monetário Internacional, (WP/17/236), novembro/2018. Disponível em <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2017/11/08/Inequality-in-Financial-Inclusion-and-Income-Inequality-45344>.

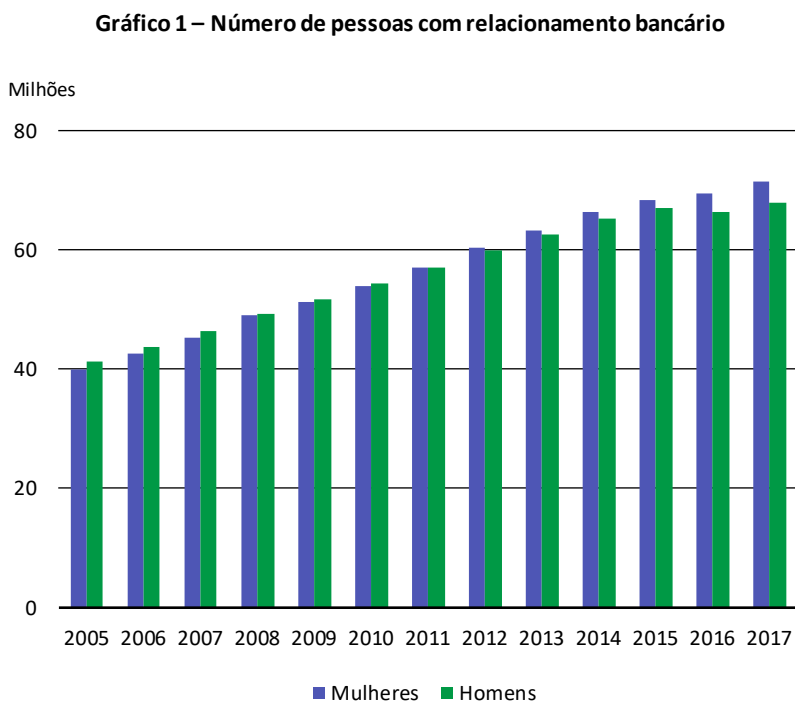
<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Nor/reincfin/RIF2011.pdf>>.

<sup>10</sup> WORLD ECONOMIC FORUM. The global gender gap report 2017. Disponível em <<https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2017>>. Acesso em: jul. 2018.

<sup>11</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. IBGE, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: jul. 2018.

## » A inclusão financeira das mulheres no Brasil

Em 2017, cerca de 140 milhões de brasileiros adultos eram bancarizados, representando 86% da população acima de 15 anos de idade.<sup>12</sup> A análise de dados agregados referentes à posse de conta indica que 86,4% das mulheres acima de 15 anos no Brasil possuíam algum relacionamento bancário em 2017, número ligeiramente superior à proporção de homens com conta, que era de 85,9%. Ressalte-se que, a partir de 2012, o número de mulheres com relacionamento bancário, em termos absolutos, passou a ser maior que o número de homens, seguindo a tendência da população brasileira (Gráfico 1).



Em termos regionais, porém, esses números variam. As regiões Sul e Sudeste apresentam maior proporção de homens e mulheres com relacionamento bancário e maior equivalência entre os dois grupos, ainda que a proporção de homens seja ligeiramente maior.

Na região Norte, há menor proporção de adultos com relacionamento bancário, e a proporção de mulheres com conta é ligeiramente maior que a de homens. No Nordeste, encontramos a maior diferença nos números de relacionamento bancário entre ambos os sexos, em favor das mulheres (3 p.p.). Tais diferenças podem refletir a maior proporção de famílias inscritas em programas de transferência de rendas, cujos recebedores são em maior parte mulheres<sup>13</sup> (Tabela 1).

<sup>12</sup> Dados do Cadastro de Cliente do Sistema Financeiro Nacional (CCS). O cadastro não contém dados de valor, de movimentação financeira ou de saldos de contas/aplicações; assim, os dados incluem todas as contas não encerradas, até mesmo aquelas que possuem saldos muito baixos ou que não registraram saques, depósitos e transferências por períodos longos (inativas). Consultar o glossário para mais detalhes sobre metodologia do indicador.

<sup>13</sup> O Nordeste e o Norte, segundo dados do IBGE, concentram os maiores percentuais de famílias com rendimentos provenientes do programa Bolsa Família. No Nordeste, o percentual é de 28,4% e, no Norte, de 25,8%. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – Rendimento de todas as fontes. IBGE, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=1899>>. Acesso em: ago. 2018.

**Tabela 1 – Relacionamento bancário por região**

	Mulheres	Homens
Brasil	86,4%	85,9%
Nordeste	81,5%	78,5%
Norte	72,7%	72,0%
Centro-Oeste	85,1%	87,7%
Sudeste	90,6%	90,9%
Sul	90,8%	91,3%

Dados referentes ao fechamento do ano de 2017.

Embora os dados agregados de posse de conta<sup>14</sup> não apontem grandes disparidades entre homens e mulheres, análise preliminar por faixa de renda mostra assimetrias que refletiriam os desafios enfrentados pelas mulheres quanto à renda e à inserção no mercado de trabalho.

Nas menores faixas de renda – até dois salários mínimos –, as mulheres estão em maior número que os homens, possível reflexo das transferências governamentais, como mencionado anteriormente.<sup>15</sup> Essa diferença cresce em favor dos homens à medida que a renda aumenta. Essa diferença em números absolutos reflete a proporção de homens e mulheres em cada extrato de renda como apurada na PNAD contínua do IBGE.<sup>16</sup> Dados da PNAD mostram que, entre os que têm rendimentos de até 1 salário mínimo, 60% são mulheres, enquanto cerca de 40% são homens. No outro extremo, entre aqueles que têm rendimentos superiores a 20 salários mínimos, cerca de 75% são homens e 25% são mulheres. Na faixa de 1 a 2 salários mínimos, a proporção de homens e mulheres é muito próxima pelos dados da PNAD, igualdade que também se reflete nos números mostrados no Gráfico 2. Esses dados reforçam a percepção do papel da renda como fator relevante para explicar essas diferenças.

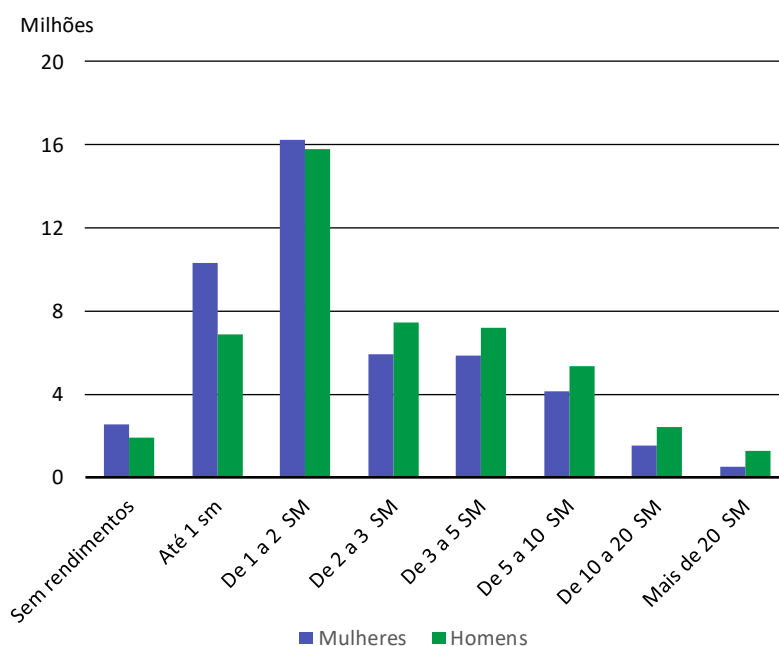
Em termos geográficos, as regiões com maior renda *per capita* apresentam maior percentual de acesso ao sistema bancário e maior igualdade entre os gêneros.

<sup>14</sup> Esses dados são cadastrais obtidos por meio das bases de dados do BCB e não refletem a intensidade ou frequência com que essas contas são usadas.

<sup>15</sup> Ressalte-se que 33% do total de tomadores de pessoas físicas com relacionamento bancário, não tem a renda declarada. Esse elevado número de tomadores com renda não informada deve-se a omissões nos cadastros bancários. O gráfico refere-se apenas aos que informaram a renda, sendo esta uma limitação dessa análise.

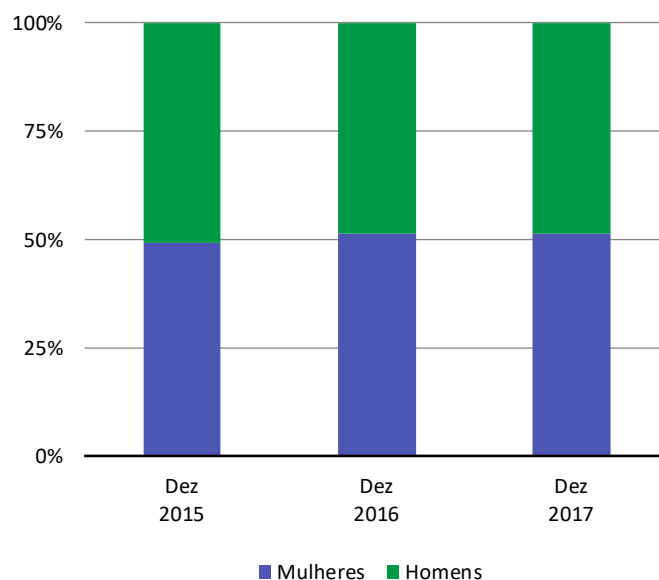
<sup>16</sup> Dados da PNAD referentes a 2015: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad/geral/pesquisa-basica>>.

**Gráfico 2 – Total de adultos com relacionamento bancário por renda**



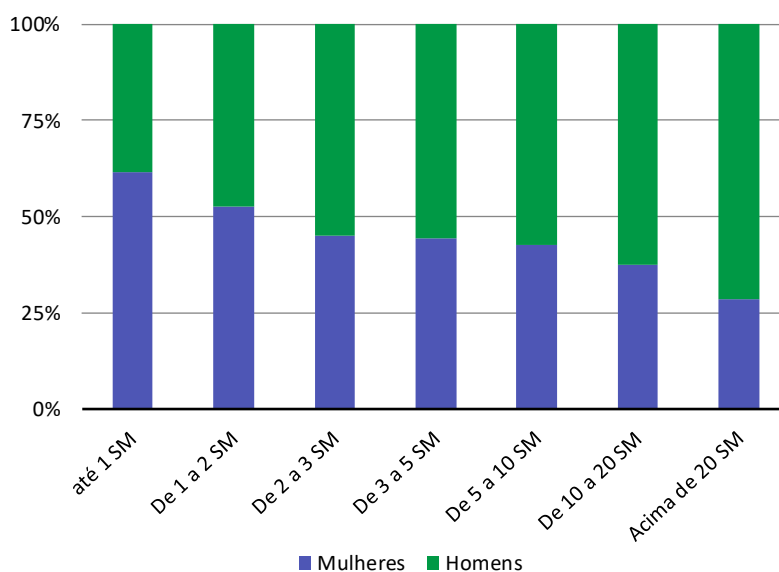
Nas operações de crédito, repete-se o padrão já identificado em relação à posse de contas bancárias. A análise agregada do número de tomadores de crédito não aponta diferença relevante entre homens e mulheres com relação ao acesso a esse produto. No entanto, a distribuição dos tomadores por faixas de renda é bastante desigual.

**Gráfico 3 – Proporção dos tomadores de crédito por sexo**



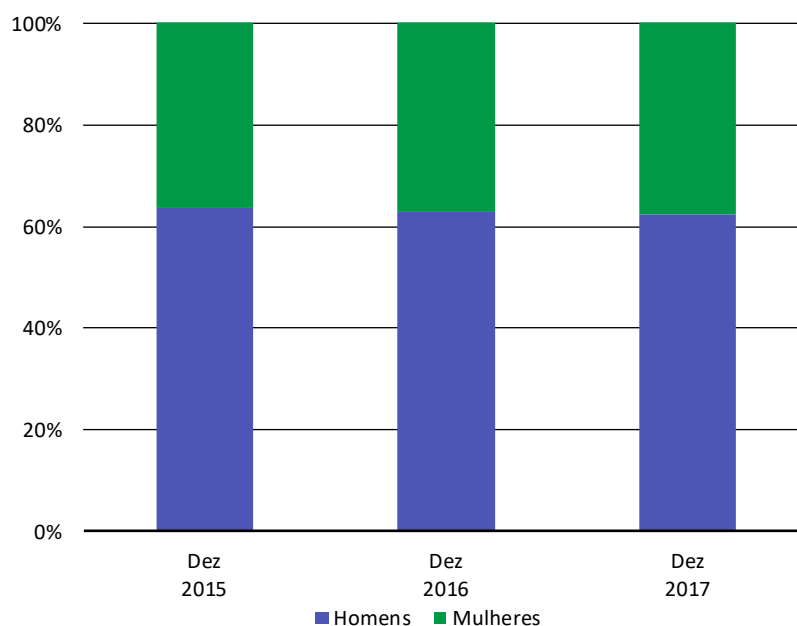
As mulheres são maioria nas faixas de renda de até dois salários mínimos, refletindo o maior número de contas bancárias nessa faixa de renda, e vão diminuindo sua participação à medida que a renda aumenta, reforçando as diferenças de renda e de inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres, já abordadas em parágrafos anteriores.

**Gráfico 4 – Proporção dos tomadores de crédito por faixa de renda**  
Dezembro/2017



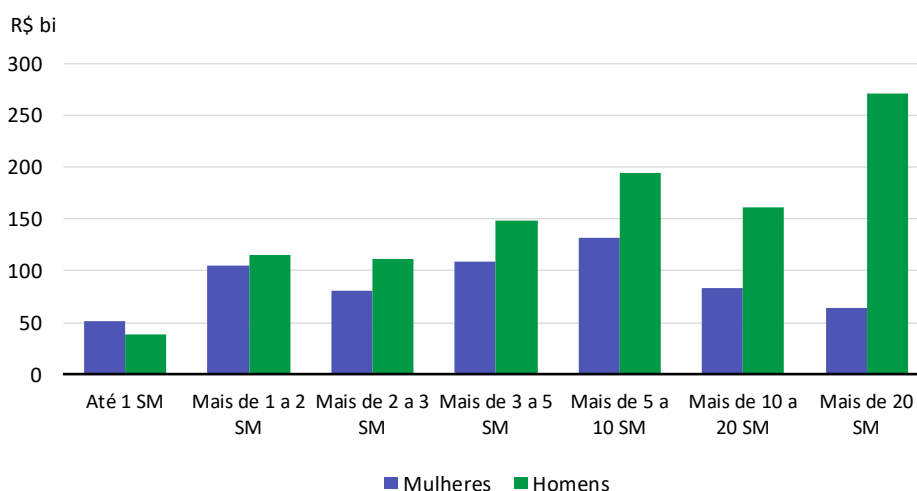
Ainda que não haja diferença em número de tomadores totais, o fato de os homens representarem a maioria dos tomadores nas faixas mais altas de renda reflete-se no saldo total das operações. Em dezembro de 2017, os homens respondiam por cerca de 60% do saldo total das operações da carteira ativa de crédito (Gráfico 5).

**Gráfico 5 – Participação no saldo da carteira ativa**



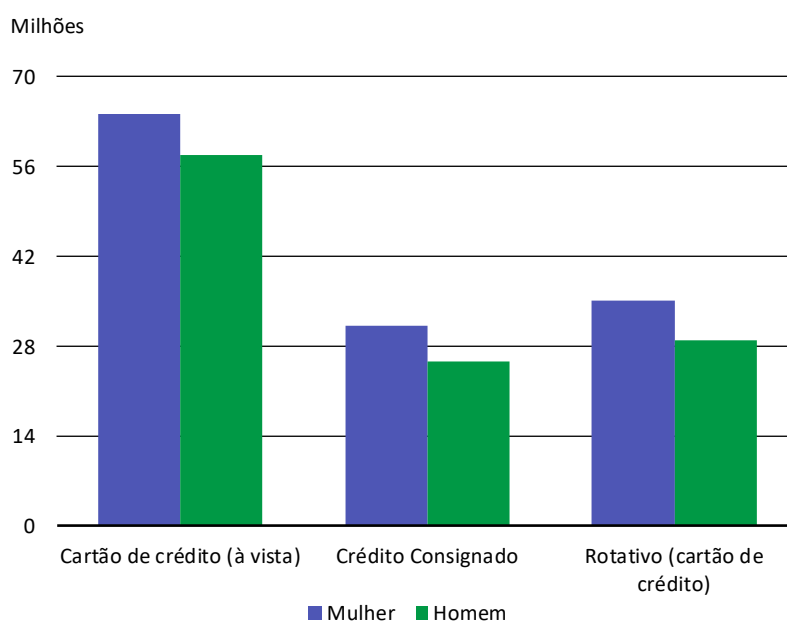
Essa assimetria fica muito clara quando observamos os valores da carteira de crédito tendo por base a renda do tomador. As mulheres têm maior saldo apenas para a faixa de renda até 1 salário mínimo. Nas demais faixas, os homens apresentam saldos maiores, sendo essa diferença especialmente relevante na faixa acima de 20 salários mínimos, na qual o saldo dos homens é 325% maior que o saldo de crédito das mulheres. Vemos então que, na carteira de crédito, a correlação entre maior renda e menor participação relativa das mulheres, em relação aos homens, também é verificada (Gráfico 6).

**Gráfico 6 – Saldo da carteira de crédito por renda**  
Dezembro 2017



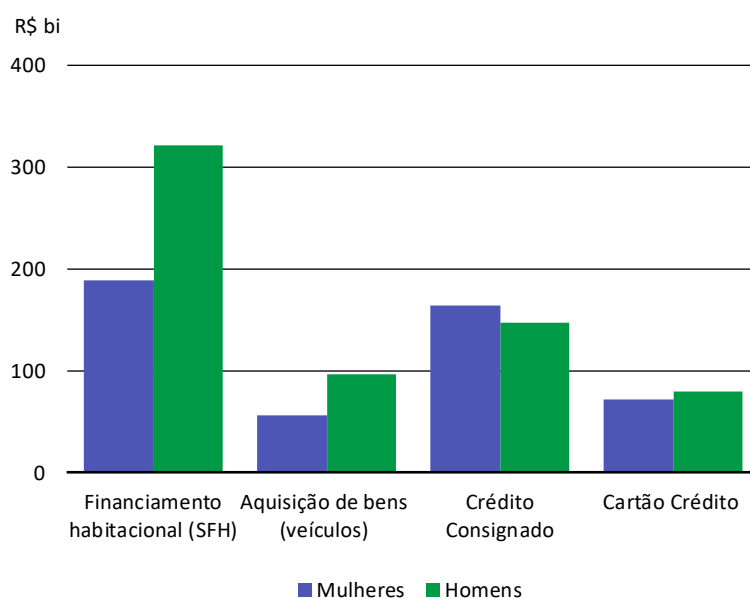
Com relação às modalidades com maior quantidade de tomadores, elas são as mesmas para homens e mulheres: cartão de crédito (compra à vista e parcelado lojista), crédito rotativo vinculado a cartão de crédito e crédito pessoal com consignação em folha de pagamento (Gráfico 7).

**Gráfico 7 – Modalidades de crédito mais utilizadas**  
Quantidade de tomadores (dez/2017)



Além disso, em modalidades em que as operações são normalmente de maiores montantes, como financiamento imobiliário e aquisição de automóveis, dois produtos que exigem maior renda dos tomadores, a participação feminina é significativamente inferior, e os homens representam a maior fatia das operações totais de crédito. Em relação ao uso do cartão de crédito, os homens também formam a maior parte da carteira ativa da modalidade. Ressalte-se, no entanto, que uma modalidade importante em que as mulheres detêm maior parcela do saldo total da carteira ativa é a modalidade “crédito consignado” (Gráfico 8).

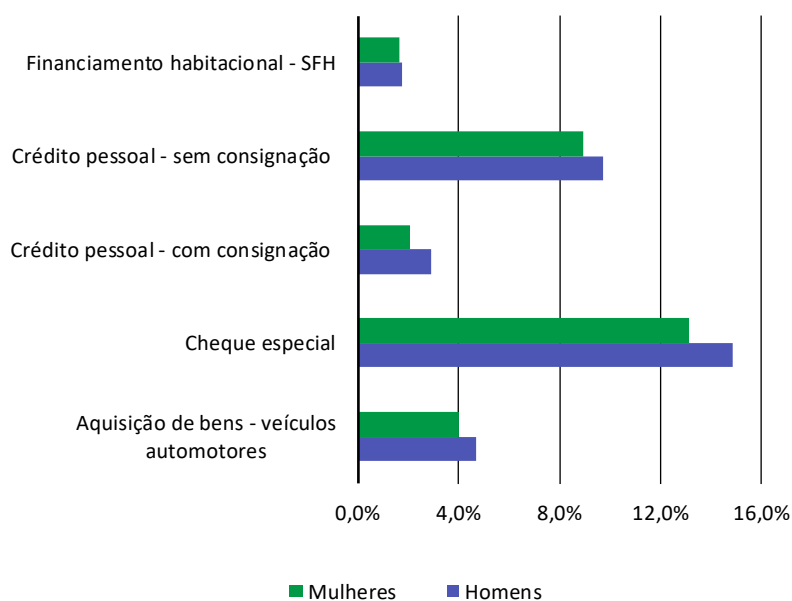
**Gráfico 8 – Total das modalidades de maior saldo**  
Dezembro 2017



Podemos analisar o uso responsável do crédito sob a ótica da inadimplência,<sup>17</sup> do endividamento e do comprometimento de renda.

Em relação à inadimplência, homens e mulheres apresentam percentual parecido, em torno de 4,0% da carteira ativa de crédito detida por cada sexo. Em relação às faixas de renda, a inadimplência é maior nas faixas mais baixas para ambos os sexos, e vai se reduzindo à medida que a renda aumenta. No entanto, ainda que no agregado a inadimplência entre os sexos seja igual, em algumas modalidades importantes as mulheres registram menor inadimplência que os homens, como, por exemplo, no crédito pessoal e no financiamento de veículos (Gráfico 9).

**Gráfico 9 – Inadimplência na carteira de crédito**  
Modalidades selecionadas



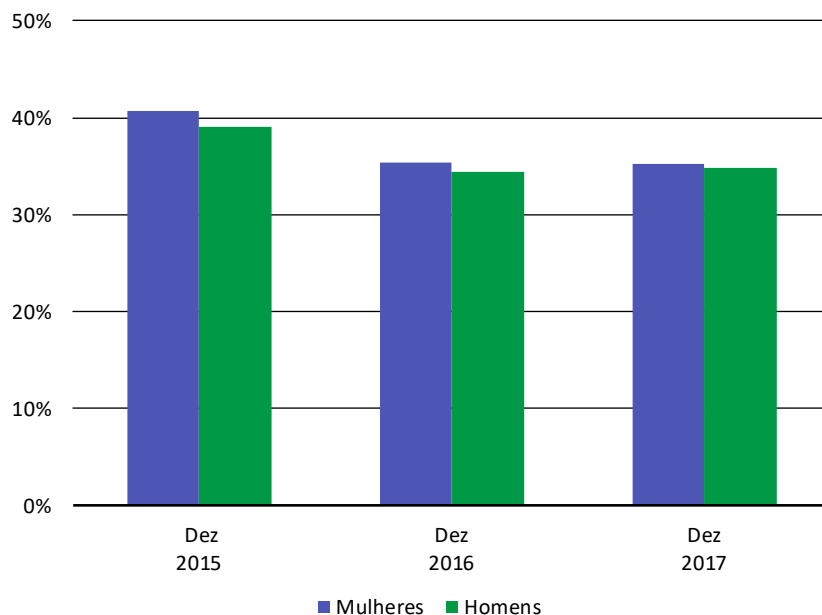
<sup>17</sup> Percentual da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional com pelo menos uma parcela com atraso superior a noventa dias.



Em relação ao endividamento,<sup>18</sup> a análise foi realizada excluindo-se a modalidade “financiamento imobiliário”. Como nessa modalidade as operações são de prazo mais longo e envolvem valores maiores, a participação maior dos homens no saldo dessa modalidade impacta o endividamento total, elevando o endividamento dos homens em relação ao das mulheres. Sem a modalidade “financiamento imobiliário”, o endividamento em 2017 era aproximadamente de 35% para ambos os sexos.

Por sua vez, o indicador do comprometimento de renda<sup>19</sup> aponta valores semelhantes para homens e mulheres – em torno de 20%. A equivalência sugere que a renda maior dos homens é a principal explicação para que a maior parte da carteira de crédito seja concedida para tomadores do sexo masculino.

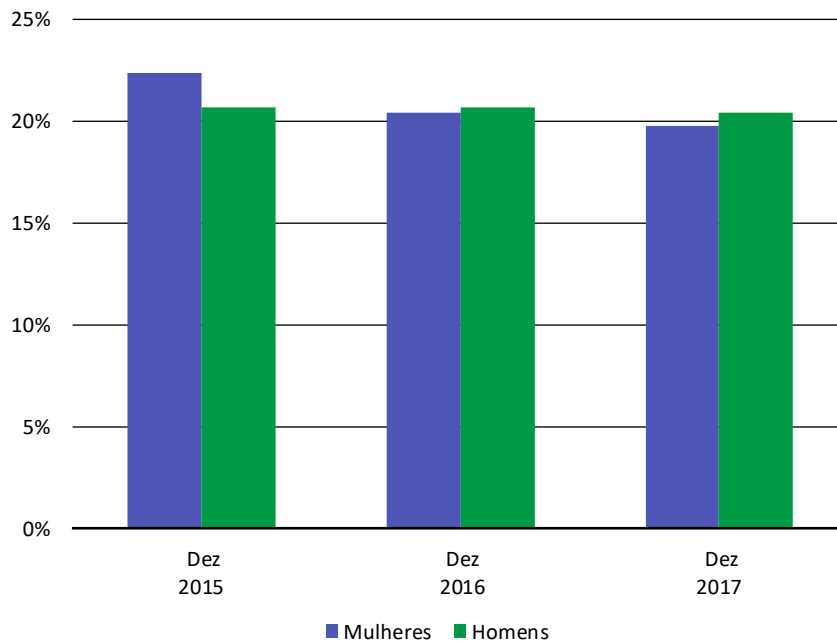
**Gráfico 10 – Endividamento**  
Sem financiamento imobiliário



<sup>18</sup> Relação entre o valor atual das dívidas dos tomadores de crédito com o Sistema Financeiro Nacional e a renda acumulada nos últimos doze meses. Assim como no caso do Comprometimento de Renda dos Tomadores de Crédito, a renda considerada é a renda das pessoas físicas que possuem endividamento no SFN. É realizado o cálculo individualizado, tomador a tomador, e, então, é utilizada a mediana.

<sup>19</sup> Relação entre serviço mensal da dívida e renda. O componente relativo ao numerador, que é o **serviço da dívida mensal**, corresponde aos valores informados ao SCR da carteira ativa a vencer em até trinta dias, exceção feita ao financiamento habitacional e às modalidades com caráter rotativo, estimados pelo sistema de amortização constante e Price, respectivamente. No denominador, que é a renda, com exceção das faixas “até 1 salário mínimo” e “acima de 20 salários mínimos”, é utilizado o ponto médio dos intervalos de salário mínimo de cada porte pessoa física informado ao SCR, descontada estimativa da contribuição previdenciária e do imposto de renda.

**Gráfico 11 – Comprometimento de renda**



## » Conclusões

Os dados disponíveis apontam que, embora as análises agregadas não mostrem diferenças significativas entre homens e mulheres com relação à posse de conta e operações de crédito, assimetrias aparecem quando se aprofunda a análise. Elas refletem desafios mais amplos de inserção econômica das mulheres brasileiras. Parte dessa agenda passa pela disponibilização de produtos financeiros que possam promover e melhorar as atividades produtivas das mulheres e garantir seu poder aquisitivo ao longo do tempo, por meio de um comportamento financeiro sustentável.

Ainda que os dados agregados indiquem que o percentual de mulheres e homens adultos com contas bancárias não apresenta diferencial significativo (Tabela 1), há variações importantes quando olhamos esse indicador para os diferentes extratos de renda. No entanto, essas diferenças parecem refletir a desigualdade entre os ganhos de mulheres e homens, conforme nos atestam os dados de rendimentos da PNAD. Em relação às regiões, também há diferenças. Nas regiões de maior renda – Sudeste e Sul –, a proporção de homens e mulheres é semelhante, enquanto nas regiões de menor IDH, Norte e Nordeste, a proporção de mulheres é maior, provavelmente refletindo maior impacto dos programas de transferência de renda nessas regiões.

Com relação ao crédito, também ficam evidenciadas as barreiras econômicas enfrentadas pelas mulheres. Apesar de o número de tomadores de crédito ser praticamente o mesmo, os homens são responsáveis pela maior parte do saldo carteira de crédito. Eles também são maioria nas operações de crédito de maior valor, como crédito habitacional e aquisição de veículos. A diferença nesses dois aspectos pode ser explicada pela maior renda média e pela maior participação dos homens no mercado de trabalho. Nesse sentido, a abertura de dados de relacionamento bancário e uso dos produtos de crédito parecem refletir mais as diferenças e desigualdades entre rendimento e de inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres, assim como desigualdades regionais, do que barreiras no mercado financeiro em função do sexo.

Ressalte-se, no entanto, que vários estudos e pesquisas apontam diferenças relevantes entre o comportamento de homens e mulheres no que diz respeito à forma de lidar com o dinheiro, o que também pode influenciar diferenças na hora de tomar crédito e de se relacionar com instituições financeiras.<sup>20</sup>

O Brasil é um país de realidades diversas, e homens e mulheres não formam grupos homogêneos, havendo, inclusive, diferenças intragrupo. Assim, a análise de variáveis diversas como raça, localização geográfica e idade é relevante para melhor compreensão das diferentes dinâmicas. De acordo com o IBGE, por exemplo, mulheres pretas ou pardas que residem fora dos centros urbanos das Regiões Sul e Sudeste formam os grupos mais vulneráveis.<sup>21</sup> As análises deste trabalho, porém, ficaram restritas às informações disponíveis nas bases do BCB, nem sempre permitindo a desagregação por raça, renda, escolaridade ou localização geográfica.

Por fim, é importante ressaltar que este é apenas um primeiro estudo exploratório sobre o tema, com o objetivo de levantar os dados disponíveis e estimular um debate inicial. Outros trabalhos que preencham as lacunas ainda existentes, a serem conduzidos pelo BCB, pela academia e por instituições do Sistema Financeiro, devem ser realizados no sentido de aprofundar o tema. Esse esforço de diagnóstico é fundamental para que se possa traçar com maior fidelidade o retrato da cidadania financeira das mulheres no Brasil.

---

<sup>20</sup> Para mais detalhes sobre diferenças entre comportamento de homens e mulheres, ver <[http://www.bcb.gov.br/nor/relincofin/serie\\_cidadania\\_financeira\\_pesquisa\\_infe\\_br\\_%200443\\_2017.pdf](http://www.bcb.gov.br/nor/relincofin/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_%200443_2017.pdf)>.

<sup>21</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. IBGE, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: jul. 2018.